

Secção Temática/Thematic Section/Sección Temática. Artigos/Articles/Artículos

A Crise Sanitária Pela Ótica da Imprensa Alternativa Partidária em Portugal**The Health Crisis From the Perspective of the Alternative Party Press in Portugal****La Crisis Sanitaria Desde la Perspectiva de la Prensa Partidaria Alternativa en Portugal**Cátia Guimarães • Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil • catiacguimaraes@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-0622-8340>

Resumo O presente artigo apresenta resultados da análise de dois meses de cobertura jornalística sobre a COVID-19 na chegada da pandemia a Portugal por quatro meios alternativos ligados direta ou indiretamente a partidos políticos: os jornais *Avante* e *Acção Socialista* e os portais Esquerda.Net e Abril Abril. Ao todo, foram identificados, lidos, categorizados e sistematizados num quadro de análise um volume de conteúdos jornalísticos que totalizaram 2368 páginas de texto e imagem publicadas em edições das quatro iniciativas selecionadas, no período de março e abril de 2020. Como parte de uma pesquisa mais ampla, os resultados aqui discutidos apoiam-se também em entrevistas realizadas com seis representantes editoriais e políticos dos veículos jornalísticos analisados. O texto aponta como principais prioridades editoriais da maioria desses veículos a defesa das políticas públicas, a denúncia do setor privado-empresarial por tentar lucrar com a crise sanitária, a vocalização dos ataques e desrespeitos aos direitos dos trabalhadores e a crítica à postura da União Europeia em meio à tragédia que atingia os países mais pobres do bloco.

Palavras-chave: Pandemia, Comunicação Alternativa, Comunicação em Saúde.

Abstract This article presents results from the analysis of two months of journalistic coverage about COVID-19 upon the arrival of the pandemic in Portugal by four alternative media linked directly or indirectly to political parties: the newspapers *Avante* and *Acção Socialista* and the portals Esquerda.Net and Abril Abril. In total, a volume of journalistic content totaling 2,368 pages of text and images published in editions of the four selected initiatives between March and April 2020 was identified, read, categorized, and systematized within an analysis framework. As part of a broader research project, the results discussed here are also supported by interviews conducted with six editorial and political representatives of the journalistic outlets analyzed. It points out as the main editorial priorities of most of these vehicles the defense of public policies, the denunciation of the private-business sector for trying to profit from the health crisis, the vocalization of attacks and disrespect for workers' rights and the criticism of the European Union's stance during a tragedy that affected the poorest countries in the bloc.

Keywords: Pandemic, Alternative Communication, Health Communication.

Cátia Guimarães é jornalista, professora e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). É graduada em comunicação social, mestre em comunicação e cultura e doutora em serviço social, todos cursados na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É também especialista em comunicação e saúde, com formação na Fiocruz. Fez estágio pós-doutoral no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Integra o Gru-

po de Pesquisa Estado, Políticas e Espaço Público. É uma das organizadoras — junto com os pesquisadores André Vianna Dantas e Manuel Loff —, do recém-lançado livro *60 Anos de Golpe, 50 Anos da Revolução: Democracia em Disputa em Brasil e Portugal*. Sua área de interesse e estudo central é a relação entre comunicação e contra-hegemonia, com foco na imprensa popular, associando principalmente o debate das noções e métodos do jornalismo com os conceitos de ideologia e desinformação.

SOPCOM
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

**Rev
Com**

Revista Comunicando

vol. 14, núm. 2, e025020, 2025

Associação Portuguesa de Ciências da
Comunicação,
Portugal

ISSN-E: 2182-4037

ISSN-L: 2182-4037

diretorcomunicando@sopcom.pt

Recepción: 19 Febrero 2025

Aprobación: 27 Mayo 2025

Publicación: 22 Diciembre 2025

Resumen Este artículo presenta los resultados de un análisis de dos meses de cobertura informativa sobre la COVID-19 tras la llegada de la pandemia a Portugal por parte de cuatro medios de comunicación alternativos vinculados directa o indirectamente a partidos políticos: los periódicos *Avante* y *Ação Socialista*, y los portales Esquerda.Net y Abril Abril. Se identificaron, leyeron, categorizaron y sistematizaron un total de 2368 páginas de contenido informativo dentro de un marco analítico. El contenido se publicó en ediciones de los cuatro medios seleccionados entre marzo y abril de 2020. Como parte de un proyecto de investigación más amplio, los resultados aquí analizados también se sustentan en entrevistas con seis representantes editoriales y políticos de los medios analizados. Las principales prioridades editoriales de la mayoría de estos medios son la defensa de las políticas públicas, la denuncia del sector privado por intentar lucrarse con la crisis sanitaria, la denuncia de los ataques y el irrespeto a los derechos de los trabajadores, y la crítica a la postura de la Unión Europea ante la tragedia que afecta a los países más pobres del bloque.

Palabras clave: Pandemia, Comunicación Alternativa, Comunicación Sanitaria.

1. Introdução

Completo cinco anos, em março de 2025, o primeiro caso confirmado de COVID-19 em Portugal. Chegava, naquele momento, ao país, a doença que em 11 de março de 2020 seria reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia. A consequência mais direta da tragédia permanece “fresca” na memória: ao longo de 2020 e 2021, cerca de 15 milhões de pessoas morreram no mundo em função do novo coronavírus, dentre as quais cerca de 20.000 foram em Portugal (Observador, 2024; World Health Organization, 2022)^[1]. Mas o impacto da crise sanitária — a maior em mais de um século — foi além do que os dados epidemiológicos, com indicadores de mortalidade e de efeitos sobre a saúde individual, são capazes de medir. E essa percepção, que joga luz sobre os impactos sociais e econômicos da pandemia, foi exatamente a que prevaleceu na cobertura jornalística de quatro veículos alternativos — ligados direta ou indiretamente a partidos políticos — analisada neste trabalho, evidenciando a opção por uma linha editorial que atentava para a desigualdade das consequências indiretas da pandemia e demandava decisões políticas coerentes com esse cenário, tanto no contexto nacional quanto internacional.

Este artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla^[2], que investigou o potencial papel da imprensa alternativa de base popular no combate à desinformação. Sua etapa desenvolvida no contexto português foi realizada entre agosto de 2022 e julho de 2023. Como um recorte, o objetivo deste texto é identificar o papel que as iniciativas jornalísticas selecionadas desempenharam na produção e circulação de informações, conteúdos e discursos voltados para o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Com perfis, públicos e escopo editorial distintos, os veículos analisados aproximam-se entre si no caráter alternativo e na vinculação (não neutra, por definição) com o espectro político da esquerda. São eles: o jornal *Avante*, órgão oficial do Partido Comunista Português (PCP); o jornal *Ação Socialista*, órgão oficial do Partido Socialista (PS); o portal *Esquerda.Net*, veículo de informação geral do Bloco de Esquerda; e o site *Abril Abril*, também de informação geral, de propriedade de uma associação privada dirigida por militantes do Partido Comunista, embora sem vínculo formal com o PCP.

Vale demarcar que o que neste texto se chama de jornalismo alternativo pressupõe não apenas uma atuação fora do espaço massivo da mídia hegemônica, mas também o esforço de se produzir uma intervenção crítica na sociedade, variando na escala, no alcance e na estratégia, que pode ir do esclarecimento individual à disputa de hegemonia (Gramsci, 2007) no âmbito coletivo. Numa tese que contou com uma pesquisa empírica sobre experi-

ências alternativas de audiovisual em Portugal, Espanha e Brasil, Fernandes (2019), por exemplo, propõe a seguinte conceituação:

trata-se de uma prática jornalística motivada e com tomada de posição, que age com o objetivo de informar, mas também, muitas vezes, de gerar ou inspirar mudanças em prol de alguma causa social marginalizada ou ignorada pelos *media mainstream*. Atua fora do *mainstream*, mas não necessariamente contra ele. Utiliza métodos e ferramentas do jornalismo tradicional e busca se associar à identidade do jornalismo difundida socialmente, mas por vezes desafia certos valores jornalísticos, como a objetividade e a imparcialidade, incorporando características ligadas a um ativismo, como a busca pela justiça social. Trata-se, assim, de um jornalismo politicamente engajado. (p. 129)

Nas quatro experiências de organizações aqui analisadas, acrescenta-se a essa definição o fato de elas remeterem a uma base social concreta cuja identidade, nesse caso, se dá pela militância partidária, embora nem sempre se restrinja a ela. Vale, no entanto, referir que nessa caracterização estão presentes duas dimensões da concepção de partido que são indissociáveis pela perspectiva da pesquisa que originou este trabalho: embora o que forneça a materialidade do reconhecimento institucional dessas entidades na sociedade portuguesa seja principalmente sua existência como sigla eleitoral, ela é precedida pela identidade de princípios, valores e concepções de mundo que as organizam a partir da base, como coletivo social. Com isso queremos reforçar que, neste estudo, partido é compreendido no sentido gramsciano, como espaço privilegiado de organização e formação política, logo, ferramenta de disputa de hegemonia (Gramsci, 2007). Dessa forma, o jornalismo e a imprensa desenvolvidos nessas perspectivas integram, ainda que resguardando suas especificidades, as práticas reunidas no que se costuma chamar de “comunicação popular, comunitária e alternativa”, definida por Peruzzo (2024) como uma “categoria abrangente para falar do conjunto de iniciativas de comunicação que ocorrem no âmbito dos movimentos sociais populares, associações comunitárias e demais articulações cívicas de segmentos das classes subalternizadas organizadas” (p. 72). Não por acaso, mais adiante, no mesmo livro, a autora ressalta que embora essa comunicação se aloje “no ninho dos movimentos sociais populares, das comunidades e organizações congêneres”, “existem muitos outros atores coletivos (...) que igualmente lutaram e lutam em favor de melhor qualidade de vida e de participação política na redefinição dos destinos da sociedade” (Peruzzo, 2024, p. 112), entre os quais ela inclui os partidos políticos de esquerda.

Ressalte-se, portanto, que, para os propósitos deste trabalho, interessam na adjetivação do jornalismo como alternativo, particularmente, as conceituações que, complementando a prioridade de se diferenciar da mídia hegemônica, abordam a comunicação al-

ternativa como uma prática necessariamente mais próxima, construtora de identidades (de classe, de raça, de gênero...), associada à militância por causas políticas e ao conseqüente objetivo de mobilização social. Como explica Moraes (2009):

este tipo de projeto, portanto, não se esgota no plano comunicacional e estabelece vínculos com o ativismo político, visto que a produção informativa tem afinidades programáticas e entrecruzamentos com o conjunto mais amplo dos organismos reivindicantes da sociedade civil. Em tal prisma, a comunicação é alternativa porque se estrutura para o trabalho político-ideológico, contrapõe conteúdos críticos, associa-se às mobilizações anticapitalistas, tem métodos colaborativos de gestão e formas não mercantis de financiamento. (p. 232)

2. Nota Metodológica

Dois parâmetros principais orientaram a análise do conteúdo produzido pelas iniciativas jornalísticas selecionadas em relação à pandemia de COVID-19: de um lado, tentamos observar a preocupação e a capacidade desses veículos de relacionar as expressões particulares dos problemas de saúde trazidos pela crise sanitária com a dimensão mais universal da saúde coletiva, disputando a concepção de saúde crescentemente individualizada que supõe-se prevalecer na opinião pública (Guimarães, 2020; Sacramento & Borges, 2020); de outro, buscamos atestar a capacidade desses órgãos de comunicação de relacionar a crise sanitária com a defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que representa uma das principais políticas sociais do país, resultado direto das conquistas da Revolução dos Cravos.

Dada a grande quantidade de conteúdo jornalístico produzido desde a chegada da COVID-19, esta análise abrangeu apenas os dois primeiros meses da pandemia em Portugal (março e abril de 2020), o que impõe um alerta metodológico sobre os riscos de se estender automaticamente os aspectos aqui destacados para todo o período da crise sanitária. Afinal, como um fenômeno que concentrou um grande volume de informações, novidades e dúvidas num período curto do ponto de vista histórico, a pandemia de COVID-19 passou por diferentes momentos e fases, em que questões distintas dominaram o debate público, reverberando, de certa forma, o avanço do debate científico. Isso significa que a análise aqui empreendida não abarca o momento a partir do qual já havia vacina disponível para a doença nem o desafio das variantes do novo coronavírus, para ficarmos apenas em alguns exemplos. Por outro lado, algumas observações mais estruturais, que expressam uma forma de abordagem dos veículos sobre a pandemia na sua relação com outros fenômenos — como a crise econômica que ela começava a gerar ou aprofundar, o empobrecimento de parte da população e a desigualdade no seu enfrentamento, indo, por-

tanto, além dos aspectos propriamente epidemiológicos e sanitários — parecem conter uma maior universalidade.

A análise englobou a leitura e sistematização de mais de 2.300 páginas de texto e imagem (cerca de 754.000 palavras) de matérias compiladas, incluindo todas as publicações do período em análise referentes à COVID-19 dos jornais *Avante* e *Ação Socialista* e os portais Esquerda.Net e Abril Abril. O portal do Bloco de Esquerda teve um volume significativamente maior de conteúdos relacionados à pandemia no período (649 textos, com mais de 490.000 palavras), na comparação com os demais: foram 278 textos do jornal do PCP, totalizando cerca de 152.500 palavras; 137 (75.300 palavras) para o veículo do PS e 46 (34.400 palavras) para o Abril Abril^[3]. Embora esse material componha, por si próprio, um conjunto robusto de dados para uma análise como esta, as conclusões aqui apresentadas incluem outras fontes de informação utilizadas ao longo da pesquisa que dá origem a este trabalho, em especial, entrevistas realizadas com seis responsáveis editoriais e políticos destes órgãos, além da revisão bibliográfica^[4]. As entrevistas foram organizadas a partir de um roteiro de perguntas semiestruturado, que envolveram quatro principais blocos temáticos, entre os quais o terceiro forneceu a maior parte das respostas que contribuem metodologicamente com a análise apresentada neste texto. São eles:

1. descrição da história e caracterização dos veículos próprios do partido ou organização, incluindo as estratégias de comunicação adotadas no seu papel de imprensa alternativa e sua relação com as orientações partidárias;
2. levantamento das estratégias do partido para participação e atuação no debate público por outros espaços comunicacionais, como as redes sociais e a busca de penetração na mídia hegemônica;
3. mapeamento de debates e decisões editoriais adotadas sobre a cobertura jornalística dos veículos do partido/organização em relação à pandemia de COVID-19; e
4. identificação de debates, decisões e iniciativas adotadas pelo partido/organização e pelos seus respectivos veículos jornalísticos sobre o problema da desinformação.

A compilação do conteúdo das publicações resultou na elaboração de 15 categorias que julgamos capazes de abarcar a maior parte dos temas, pautas e abordagens priorizados pela cobertura jornalística dos quatro veículos analisados no período. Conteúdos que não justificavam uma categoria própria, seja em função da pouca frequência com que apareceram, seja porque expressavam mais um serviço (como a divulgação de eventos e programas *online*) do que uma seleção de temas, foram agrupados como 'outros'. Essas categorias não são mutuamente exclusivas, de modo que quatro delas, em especial, abrem-se a conteúdos muito diver-

sos, caracterizando-se mais pelo recorte de abordagem do que propriamente pela unidade temática que abarcam. Assim, os conteúdos classificados como “internacional” e “local” agrupam temas variados, que poderiam muitas vezes se replicar em outras categorias. O mesmo se dá com os textos agrupados sob a rubrica de “informações de serviço”, que expressam mais um gênero de informação jornalística do que um recorte temático, mas mereceram uma classificação própria ao contribuírem para a identificação de um dos diferentes “papéis” alternativos desempenhados pelos veículos. Por fim, a categoria “propostas, posições e informações do partido” também é composta majoritariamente por conteúdo classificável em outros blocos temáticos, mas mereceu uma rubrica própria por permitir à análise recortar e mensurar dois elementos importantes que ajudam a compreender o papel que os veículos se atribuem na arena da comunicação alternativa: a identificação dos temas cuja abordagem editorial mantinha ou não associação direta com a atuação do partido; a forma e extensão da estratégia de divulgação das ações, propostas e ideias do partido em meio à crise sanitária.

Enumeramos as categorias de análise quanto ao tema, pautas e abordagens principais:

- ações cívicas de solidariedade;
- comunicação e informação;
- denúncias;
- economia;
- informações de serviço;
- informações e orientações sanitárias;
- internacional;
- local;
- pesquisa e conhecimento científico sobre COVID-19;
- propostas, posições e informações do partido;
- proteção ao trabalho;
- proteção social;
- reivindicações trabalhistas de categorias específicas;
- relação público e privado;
- Serviço Nacional de Saúde;
- outros.

3. Resultados

Desse universo, como veremos, a partir da análise da cobertura jornalística, três grandes blocos de conteúdo, que podem envolver diferentes categorias listadas no quadro acima, foram identificados como prioridades editoriais entre os veículos jornalísticos estudados. O primeiro é a *defesa dos direitos trabalhistas* — fortemente afetados pela necessidade de isolamento social durante a pandemia, em geral. Identificou-se ainda que essa prioridade foi muitas vezes orientada pela denúncia de que parte do setor privado empresarial tentava lucrar com a crise sanitária, às custas do di-

neiro do Estado e do sacrifício dos trabalhadores. Na mesma linha, um segundo conjunto de pautas enfocam a *demanda por medidas de proteção social*, em muitos casos também atravessadas pelo combate a interesses privatistas. O terceiro grande bloco temático envolve o *debate económico*, pauta permanente dos partidos de esquerda que mantêm ou exercem influência sobre os veículos analisados, e que, no período do estudo, se expressa principalmente na crítica ao papel da União Europeia (UE) em meio à crise e, de forma mais estrutural, à cartilha da austeridade, remetendo tanto ao passado recente da história de Portugal, quanto ao medo do que virá no pós-pandemia. Embora com diferenças de forma e intensidade, essa sistematização vale para o *Avante*, o *Esquerda.Net* e o *Abril Abril*. A única exceção é o *Ação Socialista*, cujas opções editoriais foram claramente marcadas pelo lugar de órgão oficial do partido do primeiro-ministro naquele momento, o que provocou uma clara dispersão de conteúdos cuja unidade passou pela divulgação das falas e ações do governo.

3.1. Abordagem do Serviço Nacional de Saúde: Defesa, Propaganda e Oposição ao Privado

Como esperado, a análise mostrou que o SNS, o Serviço Nacional de Saúde português, foi tema frequente na cobertura, como protagonista ou pano de fundo de notícias, homenagens, cobranças políticas e defesas de princípios em todos os veículos estudados, ainda que com diferenças importantes. São vastas as referências e claro o destaque que o SNS tem na linha editorial dos veículos analisados — embora seja razoável supor que, naquele início de crise sanitária, isso se desse também nos órgãos de mídia hegemônica, ainda que com possíveis diferenças de abordagem (Cabrera et al., 2020). Apenas na segunda edição de abril (sexta desde a chegada da COVID-19 a Portugal), o SNS foi destacado na capa do *Avante*, embora a mensagem presente na chamada — “SNS é decisivo na defesa do direito à saúde” — atravesse os textos do jornal a partir daquele momento. Na primeira edição, publicada em 5 de março, apenas três dias após o primeiro caso da doença no país, havia muito pouco conteúdo sobre o tema. Ao longo de artigos de opinião e de notícias mais informativas — que constam em menor quantidade —, a mensagem repetida nas nove edições do *Avante* analisadas neste estudo é explícita: sem alarmismos e com *mea culpa* sobre o desmonte do serviço público promovido por políticas de austeridade no passado, o caminho do controlo da pandemia está no fortalecimento do SNS. Nos momentos em que a abordagem do jornal reflete mais diretamente as posições públicas do partido, no entanto, as referências ganham formas mais concretas. Um exemplo é a preocupação expressa em repetidas edições do jornal, tanto na forma de divulgação de proposta do

PCP quanto na de denúncia, com a garantia dos cuidados primários e de outras patologias e urgências em meio à crise sanitária, o que remete, ainda que sem nomear ou classificar, a um debate sobre a organização do serviço de saúde que pouco costuma aparecer na mídia.

O Esquerda.Net também se destaca por uma presença forte do SNS nas matérias e artigos, embora mais diluída num conjunto muito mais amplo de pautas e conteúdos temáticos que o portal aborda. Evidenciando a prioridade da tematização do serviço de saúde português na sua cobertura, o portal criou, inclusive, uma hashtag #SomosTodosSNS. No *Acção Socialista*, o SNS é pautado na exata proporção em que integra as medidas de enfrentamento da pandemia propostas pelo governo, já que a estratégia principal desse veículo na cobertura da COVID-19 nos meses aqui analisados parece ter sido servir de porta-voz da gestão do seu partido à frente da pandemia. Já no *Abril Abril*, chama a atenção a ausência do SNS numa cobertura que teve menos conteúdo produzido do que os demais veículos e que parece ter priorizado as pautas internacionais. Destacam-se, nesse portal, dois conteúdos sobre esse tema: a divulgação de uma nota do PCP (“Quarentena por Coronavírus não pode prejudicar trabalhadores”, *Abril Abril*, 3/03/2020) que acusa a mídia hegemônica de promover alarmismos e defende que a prioridade é fortalecer o SNS, e uma matéria informativa, de denúncia, sobre e-mails que um grupo empresarial da saúde, a CUF, estaria enviando a utentes oferecendo serviços que foram cancelados no serviço público em função do atendimento a pacientes de COVID (“CUF Saúde lança campanha para capturar utentes do SNS, *Abril Abril*, 18/03/2020). Nesse caso, o *Abril Abril* apresenta no texto, como contraponto, a proposta — muito tematizada também no *Esquerda.Net* — de requisição civil da capacidade privada instalada como reforço ao SNS.

Buscando ir além de uma simples sistematização dos principais conteúdos abordados, de modo a permitir um olhar transversal sobre as estratégias políticas e de comunicação que se expressam através dessas escolhas, é preciso registrar que, pelas páginas dessa imprensa alternativa analisada, pouco se pode conhecer sobre o SNS: sua história, abrangência, estrutura de financiamento, organização do modelo de atenção à saúde, integração com outros aparelhos públicos de políticas sociais, entre vários outros aspectos, praticamente não são tematizados, embora muitos desses aspectos sejam mencionados como atributos. Sabe-se apenas, como questões repetidas de diferentes formas, que o SNS sofreu desmonte por políticas privatistas e de austeridade ao longo dos anos e que seu caráter público e universal deve ser exaltado como o caminho para a superação da crise sanitária em curso. Assim, se parece consenso entre esses veículos a importância do cenário trazido pela pandemia para fomentar o debate público sobre a

necessidade de fortalecimento do SNS como política pública e valorização dos profissionais de saúde, a estratégia de mobilização social em torno desse tema pela imprensa dos partidos parece não passar por esforços de maior conhecimento e/ou conscientização que pressuponham uma adesão informada e apropriada a essa “bandeira” de luta. Vale alertar que essa constatação não deve ser considerada como um aspecto negativo *a priori*. Afinal, se a análise do jornalismo como ferramenta de disputa de projetos de sociedade não pode prescindir da compreensão da história e da conformação política dessa mesma sociedade, é possível considerar, por exemplo, que a existência de uma cultura de valorização do público e do papel do Estado, além da experiência concreta de utilização do serviço público de saúde pela maioria da população, em praticamente todas as camadas sociais em Portugal^[5] torne menos prioritário o investimento na produção de um conhecimento mais profundo sobre o SNS como caminho para o fortalecimento de algo que se possa considerar como uma “consciência sanitária” (Fleury, 2009, p. 750)^[6].

É seguro ainda concluir que, se a pandemia foi o gancho jornalístico para se pautar a defesa do SNS e de seu fortalecimento, o SNS foi, ele próprio, um gancho para a priorização de discursos que denunciavam a privatização e as políticas de austeridade. Assim, a ênfase editorial que apontava o SNS como solução para enfrentar a crise sanitária, presente em todos os veículos estudados, pode ser interpretada como a forma contextualizada de se afirmar, diante da pandemia, a importância de as políticas sociais (no caso, a saúde) serem públicas e de Estado. Considerando-se os dois veículos que mais tematizaram o SNS (*Avante* e *Esquerda.Net*), como apontamos, percebe-se a tendência de que o serviço de saúde português seja referido, em grande parte das vezes, a partir da defesa do seu caráter público, como uma marcação de posição sobre a importância do papel do Estado nas políticas sociais como um todo. Principalmente a universalidade e a gratuidade do serviço público servem como argumentos que denunciam a parcialidade, a seletividade e os interesses particulares que movem o setor privado, na contramão da solidariedade que a pandemia mostrava necessária. Não por acaso, foi da leitura dessa insistente oposição que apreendemos, para esta análise, a categoria de “relação público-privado”, listada acima, como chave interpretativa de parte do conteúdo estudado.

Mais uma vez, essa oposição tem lugar, sobretudo, nas páginas do *Avante* e nos textos do *Esquerda.Net*. Aparece ora como crítica abstrata associada ao passado — lembrando que políticas privatizantes de anos anteriores agora se mostravam danosas de forma explícita —, ora como denúncia concreta do presente — o que se ilustra principalmente pelos muitos casos denunciados de tenta-

tivas do setor privado de lucrar com a crise sanitária. Essas denúncias do que acontecia naquele momento aparecem na forma de palavras de ordem no *Avante* — embora o jornal se refira muito mais ao empresariado como um todo, sem se ater ao setor saúde — e como registo de casos reais e nomeados no *Esquerda.Net* —, como, por exemplo, as notícias e referências repetidas sobre o alto valor cobrado pelos laboratórios privados para aplicar testes diagnósticos de COVID-19 em utentes encaminhados pelo SNS (“Catarina Martins questiona governo sobre requisição civil de privados para reforçar SNS”, *Esquerda.Net*, 24/03/2020). No caso deste último veículo, sintetiza a linha editorial, expressão da linha política do partido que o mantém, a grande recorrência com que aparece, na forma de artigos ou de divulgação de projetos do Bloco de Esquerda, a defesa da requisição da estrutura e dos profissionais de saúde do setor privado pelo Estado, como caminho para se antecipar e evitar a sobrecarga do SNS.

Embora a abordagem do jornal seja de denúncia constante dos interesses privados empresariais, no *Avante* foram menos frequentes as notícias, informações ou mesmo artigos analíticos ou opinativos que tematizassem as situações concretas de relação público-privado na saúde e seus possíveis caminhos de enfrentamento, ainda que o alerta sobre os riscos estivesse permanentemente presente. Ao mesmo tempo, a tônica do jornal parece ser tomar a situação particular da pandemia de COVID-19 como lição mais geral, como se observa na fala de um deputado do PCP na Assembleia da República transcrita para uma matéria do jornal: “agora, que todos os hospitais de referência são públicos e que os seguros de saúde privados se desresponsabilizam dos doentes, percebemos melhor o perigo da ideologia que faz da saúde um negócio” (“Reforçar a saúde pública para conter o coronavírus”, *Avante*, 12/03/2020). No *Abril Abril*, essa referência aparece uma única vez, na já citada denúncia relativa à CUF.

Como órgão de um partido que era governo durante a pandemia de COVID-19, no *Acção Socialista* essa pauta não se destaca. São duas as referências a esse tema presentes no jornal do PS: uma primeira matéria que publiciza uma fala em que o governo admite aceitar “todas as disponibilidades” das instituições privadas como reforço ao SNS, mas sem entrar no mérito do poder do Estado para requisitar mais do que “aceitar” (“Meios disponibilizados pelos privados serão integrados numa gestão estratégica”, *Acção Socialista*, 19/03/2020); e a repercussão de uma entrevista da então ministra da saúde, Marta Temido, para um podcast do partido (“SNS está a ser ‘a manta que protege todos os portugueses’”, *Acção Socialista*, 30/04/2020) em que, perguntada sobre a participação do privado no combate à pandemia, responde que esse setor se comporta como um agente económico, de forma distinta do setor público, mas agradece a colaboração que já teria se dado entre essas

esferas, destacando ainda a importância do papel do privado na complementação ao SNS e afirmando a intenção de acionar esse setor para o combate à pandemia.

Um esforço de resumir a recorrência dessa abordagem da relação público-privado em relação à saúde nos veículos analisados pode ser apresentado da seguinte forma: no *Avante*, prevalece como denúncia mais abstrata do privado como um todo, como o “espaço” da não solidariedade e dos “aproveitamentos”; no *Esquerda.Net*, essa postura também está presente, mas predomina a partir da notícia de casos concretos e, principalmente, da visibilidade dada à prioridade da requisição da estrutura e de profissionais do privado para o SNS nas propostas e projetos legislativos defendidos pelo partido; no *Acção Socialista*, o tema foi pouco explorado, sem que o elogio ao SNS — que está presente — fosse orientado editorialmente pela contraposição ao comportamento e à natureza do setor privado, referido, muito ao contrário, como parceiro efetivo e potencial; no *Abril Abril* o tema está praticamente ausente.

3.2. Desigualdade e Crise Sanitária: Reivindicações Trabalhistas e de Proteção Social

O debate sobre o papel do Estado na regulação e controlo do mercado, uma das faces da oposição entre a natureza do público e do privado, estará ainda mais presente nesses veículos — com exceção do *Acção Socialista* — nas pautas sobre questões trabalhistas. Parece clara, em especial no *Avante* e no *Esquerda.Net*, a percepção de que a pandemia ameaçava a vida das pessoas mais vulneráveis tanto (ou mais) pelos efeitos do desemprego, empobrecimento e da desproteção social quanto pela ação do novo coronavírus. Assim, disputam com a abordagem do SNS as notícias, artigos e posições firmadas sobre questões trabalhistas que, no quadro de categorias que construímos, se distribuem entre os blocos de “denúncias”, “proteção ao trabalho” e “reivindicações trabalhistas de categorias específicas”.

A separação desse conteúdo em três categorias se deve à percepção sobre a relevância de movimentos ou estratégias distintas dos veículos analisados no tratamento desse tema. Um caminho de abordagem adotado por alguns deles foi o simples fornecimento de informação, mais objetiva, sobre medidas tomadas pelo governo, votadas pelo parlamento ou propostas pelo partido relativas à proteção do trabalho em meio à pandemia. Esse teor prevalece no *Acção Socialista* e está presente de forma considerável também no *Esquerda.Net*. Uma segunda estratégia foi a defesa (e, de alguma forma, a pressão política) de leis e regras que impedissem a redução de rendimentos e direitos do trabalho em função da crise sanitária. Nesse caso, no *Avante*, prevalece uma acusação

genérica, sempre anunciada como um alerta, por vezes exemplificada com casos concretos, acompanhada de notícias que mostram a postura dos sindicatos, frentes e centrais de denunciar essas situações e do PCP de denunciar e cobrar junto ao governo — que, no entanto, é apresentado como inerte em relação a essas violações de direitos.

Por fim, destaca-se o papel assumido pelo *Avante* e Esquerda.Net de porta-vozes de reivindicações e denúncias dos trabalhadores sobre situações concretas de violações de direitos promovidas por várias empresas. É possível extrair das páginas do *Avante* notícias de vários sindicatos, federações e central sindical sobre demissões e outras formas de violação de direitos, algumas vezes referindo-se a categorias profissionais, outras referindo-se a uma ou mais empresas específicas. Em dado momento daquele início de pandemia, numa matéria que já nomeia algumas empresas acusadas de desrespeito aos direitos trabalhistas (“Surto epidémico não pode ser pretexto para o patronato impor a ‘lei da selva’”, *Avante*, 26/03/2020), o jornal informa a criação de um canal (e-mail) para receber denúncias de trabalhadores. Iniciativa semelhante teve o Bloco de Esquerda, criando um site chamado “despedimentos.pt” para denúncias de demissões e outros abusos. O conteúdo de denúncia trabalhista do Esquerda.Net, que vai além das demissões, se amplia com a criação desse site, algumas vezes referenciado nas matérias e outras tendo o seu conteúdo republicado literalmente. Em quase todos os casos as matérias se resumem a reproduzir a denúncia, sem inserir elementos que poderiam completar a abordagem jornalística, como a versão das empresas, a posição do governo ou a análise de algum especialista na área, numa estratégia que parece se restringir a dar visibilidade aos casos.

No jornal *Ação Socialista*, o único conteúdo agrupado na categoria de “denúncia” que se refere às questões trabalhistas é uma matéria que destaca uma fala do então primeiro-ministro, António Costa, criticando genericamente aqueles que aproveitavam a situação de crise para cometer abusos nas relações trabalhistas e especular no mercado. Sem citar nomes nem casos, diz que essa postura não será ignorada, mas não informa ou sugere iniciativas de contenção (“António Costa realça medida ‘absolutamente imprescindível’ para defender o esforço do país”, *Ação Socialista*, 2/04/2020). Na medida em que as matérias do Esquerda.Net e do *Avante* sobre esses temas também não interrogam ou questionam diretamente fontes do governo (do PS, partido do qual o *Ação Socialista* é porta-voz), não se encontra no conjunto desse material da imprensa alternativa qualquer exemplo de um diálogo argumentativo que envolva os atores implicados nas denúncias — trabalhadores/sindicatos, empresas, governo e partidos. Apesar disso, a leitura de cada veículo isoladamente permite identificar es-

forços de pautar narrativas distintas sobre questões como a intensidade das demissões, os efeitos do *lay off* sobre os trabalhadores e o beneficiamento do setor privado, processos muito denunciados no *Avante* e no Esquerda.Net e minimizados ou mesmo positivados no *Ação Socialista*.

O papel de porta-vozes dos trabalhadores — que, segundo interpretações presentes tanto em textos analisados do *Avante* quanto nas entrevistas com os responsáveis editoriais por três dos quatro veículos analisados, não teriam espaço na mídia hegemónica — se realça também no conteúdo agrupado sob a categoria de “reivindicações trabalhistas de categorias específicas”. Especialmente nesses casos, embora também esteja presente nos conteúdos relativos a “denúncias”, chama atenção no *Avante* a repetição de conteúdos relativos a esse tema, muitas vezes na mesma edição do jornal. As mesmas reivindicações de denúncias por vezes aparecem em notas ou notícias distintas, pela voz de diferentes sindicatos, sem que se aposte, por exemplo, em matérias temáticas sobre a preocupação com os direitos trabalhistas, em que os casos concretos das várias categorias servissem como exemplos, recheados pelas falas dos sindicatos. A dificuldade material — de recursos e pessoal — de produção de reportagem talvez explique a opção por essa forma mais fragmentária de exposição, mas não se deve ignorar a possibilidade de essa decisão editorial expressar também a forma como o partido compreende que deve se dar a visibilidade das lutas dos trabalhadores e suas entidades, por exemplo, fazendo de cada entidade (nomeada e espacialmente localizada) o foco de uma nova notícia.

São vários os grupos de trabalhadores (desde enfermeiros até pequenos empresários e pequenos agricultores e motoristas internacionais) cujas reivindicações são vocalizadas nesses textos, com presença mais frequente e maior variedade no *Avante* e no Esquerda.Net — no *Ação Socialista* não foi identificado qualquer conteúdo desta natureza. Merece destaque o fato de duas das poucas pautas da cobertura informativa (que não são artigos de opinião nem a simples notícia sobre um fato) promovidas pelo Abril Abril ao longo da cobertura analisada serem sobre esse tema. Uma delas baseia-se na entrevista com dois jovens sindicalizados para tematizar os problemas relativos ao trabalho da juventude, tendo como gancho jornalístico a suspensão da manifestação da Interjovem (um agrupamento sindical da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional [CGTP-IN]) pelo Dia Nacional da Juventude, em função do isolamento social (“Os jovens trabalhadores não são descartáveis”, Abril Abril, 28/03/2020). Embora não se trate de um texto mais aprofundado, com apuração de dados objetivos, ancorando-se basicamente nas entrevistas, essa matéria expressa uma iniciativa inovadora em relação ao conjunto do conteúdo analisado no período, ao realçar

os baixos salários e a precariedade de vínculos dos trabalhadores jovens como questões centrais. Vale observar, de todo modo, que a COVID-19, critério de seleção dos conteúdos deste estudo, aparece aqui de forma lateral e sem relevância, apenas como contextualização do fato original, que foi a suspensão do ato sindical. A segunda matéria já mantém uma relação mais estreita com o momento concreto da pandemia: trata-se da tematização da ausência de direitos e dos riscos à saúde dos trabalhadores que atuam como estafetas (“Os estafetas são tão invisíveis como o vírus”, Abril Abril, 31/03/2020).

No *Avante*, no Esquerda.Net e, em menor escala no Abril Abril, está muito presente e de forma permanente, tanto nos textos de “denúncia” quanto nos conteúdos de “reivindicações de categorias específicas”, o alerta de que o setor empresarial tenta se aproveitar da crise sanitária, recebendo recursos do Estado — através, por exemplo, da lei do *lay off* simplificado, em que a maior parte do salário passa a ser paga pelo governo — sem garantir a proteção dos trabalhadores. Conteúdos que criticam, denunciam e visam proibir a distribuição de dividendos pelas empresas, em especial aquelas que aderiram ao *lay off* e recebem ajuda pública, estão presentes com muita recorrência na cobertura do Esquerda.Net, com o mesmo sentido de alertar sobre grupos que tentam lucrar com a pandemia às custas dos trabalhadores e do Estado.

Na categoria de “proteção ao trabalho” agrupam-se conteúdos que tratam de políticas mais gerais de defesa dos direitos laborais, referindo-se tanto a informações objetivas (especialmente no *Ação Socialista* e no Esquerda.Net) quanto à proposição (mais argumentativa ou “panfletária”) de medidas nessa direção (no Esquerda.Net e no *Avante*, principalmente). No Abril Abril, destaca-se apenas uma matéria que dá voz ao alerta da CGTP-In defendendo manter o rendimento integral dos trabalhadores mesmo em situações em que o trabalho seja suspenso em função do isolamento social (“Quarentena por Coronavírus não pode prejudicar trabalhadores”, Abril Abril, 3/03/2020). Na mesma lógica, encaixam-se os conteúdos agrupados sob o bloco de “proteção social”, que em muitos aspectos se aproxima (e até se confunde) com o de “proteção ao trabalho”. Envolve informações objetivas, reivindicações de grupos e segmentos sociais e posicionamentos (em geral, partidários) sobre medidas que vão desde a garantia da habitação e serviços essenciais (como fornecimento de energia elétrica e água) até apoio a pequenas empresas, alimentação nas escolas, direitos dos imigrantes, políticas para pessoas com deficiência, fim das propinas no ensino superior e medida para contenção da violência doméstica, entre vários outros, variando entre os veículos. No *Avante*, por exemplo, sob esse bloco temático, foram priorizados textos (em geral, opinativos) sobre habitação e serviços essen-

ciais, defendendo a proibição da expulsão de inquilinos e da interrupção de fornecimento de energia elétrica, água, gás e telecomunicações em meio à pandemia, além de política para pessoas com deficiência e, de forma mais insistente, a remuneração integral dos pais que precisassem ficar com os filhos em função do fechamento das escolas. Todos esses temas aparecem insistentemente também no Esquerda.Net, como informação e opinião, acrescidos de outros, como cobrança e anúncio de medidas voltadas ao combate à violência doméstica, informações sobre a situação de vistos a imigrantes e pedidos de negociação de dívidas, entre muitos mais. Merece destaque o fato de o Esquerda.Net ser o único veículo que, no período analisado, tematizou a situação das populações ciganas, que ocupam a base da pirâmide social em Portugal e são o alvo principal dos discursos de xenofobia no país, envolvendo, inclusive, estratégias de desinformação (Lusa, 2023; Simões, 2021). Em notícias que se enquadram em diferentes categorias entre as que aqui foram elencadas, o portal denunciou a situação de fome dessas populações, a falta de água corrente, informação e acesso à telescola para as crianças, noticiou uma carta aberta que reivindicava energia elétrica num bairro composto majoritariamente por ciganos e divulgou um relatório que apontava esses segmentos da população como maiores vítimas de racismo ambiental. No *Ação Socialista*, sempre na linha principal de divulgar os atos e propostas do governo, não aparecem temas que não tivessem sido objeto de decisão governamental (como a proibição da interrupção dos serviços essenciais), enquanto ressaltasse o anúncio de medidas pouco referidas ou simplesmente ausentes nos outros veículos, como a destinação de recursos públicos para que os bancos garantissem crédito a famílias e empresas, apoio a startups portuguesas e anúncio de plataforma para investimento de pessoas e entidades em projetos artísticos. No Abril Abril, não foram identificados conteúdos agrupáveis nesses temas.

Merece destaque também, no caso do *Avante*, a recorrência de notícias sobre sucessos nas reivindicações e pressões de alguns sindicatos ou comissões de trabalhadores, o que reforça esse papel de porta-voz não apenas das demandas mas também das conquistas trabalhistas — coerente com avaliação expressa pelo editor do jornal, Gustavo Carneiro, em entrevista realizada em 2022, de que, hegemonicamente, os órgãos de comunicação social ignoram as muitas pequenas vitórias de trabalhadores que se dão diariamente em Portugal, fazendo com que essa seja uma importante função da mídia alternativa.

Vistas em conjunto, apesar das já comentadas diferenças de abordagem em cada veículo, as pautas que tematizam as questões trabalhistas, principalmente a partir das categorias de “denúncias” e “reivindicações de categorias específicas” e várias outras re-

correntes no bloco de “proteção social”, parecem responder a um duplo movimento: dar visibilidade e voz às demandas e queixas de segmentos específicos de trabalhadores e grupos sociais ao mesmo tempo em que, numa dimensão mais geral, colocam em evidência negativa o comportamento do setor privado empresarial em meio à pandemia e à falta de controlo por parte do Estado. Da mesma forma, diante de um ambiente de relativo consenso social no país em relação às medidas de contenção da COVID-19, as acusações do *Avante* sobre o governo recaem muito sobre o passado que trouxe consequências para o presente — a submissão às imposições da UE, por exemplo; no que diz respeito ao presente, os focos principais de crítica são a decretação do estado de exceção e a falta de controlo sobre os despedimentos e violação de direitos trabalhistas pelo setor privado. No caso do *Esquerda.net*, a cobertura se divide entre uma postura de elogio regular às medidas de controlo da pandemia pelo governo do ponto de vista sanitário e a crítica à omissão em relação a medidas mais rígidas de enquadramento do setor privado empresarial, tanto na saúde quanto fora dela, no que diz respeito à proteção dos trabalhadores.

3.3. Economia: O Fantasma da Austeridade e o Papel da União Europeia

O que identificamos como uma linha editorial que opõe a solidariedade (da sociedade e das ações protetivas do Estado) à tentativa de se “lucrar” com a pandemia (que guia as frequentes denúncias do setor privado) se expressa também de forma muito recorrente na centralidade que os temas que classificamos como de “economia” ganharam em todos os veículos analisados. Mas o eixo principal se desloca, nesse caso, para as relações entre países, com forte foco no debate sobre a UE.

Os conteúdos agrupáveis neste trabalho sob a categoria de “economia” estão entre os mais presentes no conjunto dos materiais analisados. Englobam temas variados — como a destinação dos impostos arrecadados, o crescimento do produto interno bruto, orçamento do Estado, distribuição de lucros das empresas e o caráter da crise mundial — mas, com exceção do *Ação Socialista*, em que o assunto é tratado numa frequência muito menor do que os demais, a pauta principal são as propostas, o acompanhamento e a análise crítica das discussões e decisões que se dão no âmbito do Conselho Europeu, Comissão Europeia e Banco Central Europeu. Em outras palavras, o papel da UE em meio à crise sanitária.

No curto intervalo de tempo que compreendeu a análise, aconteceu uma sequência de reuniões (muitas inconclusivas) e declarações dessas instâncias, num contexto que, a julgar pela cobertura dos veículos aqui analisados, o debate público refletiu a inten-

sa expectativa sobre a resposta que a União Europeia daria à crise econômica que acompanhava a crise sanitária e à desigualdade entre os países na capacidade de enfrentar a pandemia. No *Ação Socialista*, a linha editorial acompanhava os movimentos do governo, que começou com cobranças abrangentes, respostas fortes à postura de países como os Países Baixos e propostas que contrariavam a tendência da UE (como os *eurobonds* ou *coronabonds*^[7]) e depois se acomodou numa posição menos crítica e, em alguns casos, até otimista — quase sempre em conteúdos que reproduziam falas de integrantes do governo sobre a questão. O *Esquerda.Net* tem uma gama muito grande de conteúdos sobre esse tema, que vão desde a descrição mais pontual das reuniões e encontros das instâncias da UE até artigos detalhados, que ora faziam a comparação histórica com a experiência da crise de 2008, ora apresentavam um debate de fundamentos econômicos visando argumentar contra a política de austeridade que a UE pretendia manter. É digna de nota a particularidade de o *Esquerda.net* publicar e, principalmente, republicar, artigos mais densos, escritos por especialistas e, por vezes, até com teor mais acadêmico — e a crise econômica foi um dos temas que mereceu mais de uma vez abordagem nesse tipo de conteúdo. Foi também nesse período que o *Esquerda.Net* lançou um dossiê (conjunto de artigos temáticos) sobre “Paraísos Fiscais em Tempos de Pandemia”, que, embora tenha um desenho editorial muito mais amplo, trouxe informações e argumentos, por exemplo, sobre o papel dos Países Baixos como uma espécie de paraíso fiscal bem no centro da Europa (“Paraísos fiscais em tempo de pandemia”, *Esquerda.net*, 22/04/2020).

Com destaque para a atuação do *Avante* e do *Esquerda.net*, mas com a participação também do *Abril Abril* — com menos conteúdo mas a mesma linha editorial em relação a esse tema —, diríamos que, numa dimensão transnacional, o argumento que internamente denunciava o papel de parte do setor privado se repete: enquanto a pandemia evidencia a importância da solidariedade para salvar vidas, há países que, acomodados na sua posição privilegiada no contexto da UE, ganham com a crise sanitária e criam obstáculos para uma ação verdadeiramente cooperativa com os países que enfrentam maiores dificuldades. Levanta-se aqui a hipótese de que, em relação ao conteúdo, essa linha editorial, que se mantém coerente entre três dos quatro veículos analisados, tanto na abordagem da economia interna quanto externa, pode ser um diferencial relevante no caráter “alternativo” dessas iniciativas jornalísticas, distinguindo-se da abordagem hegemônica dos órgãos de comunicação social massivos.

Essa dimensão internacional ganha grande destaque no *Avante* e no *Abril Abril*, com uma abordagem que guarda semelhanças entre si e claramente se destaca dos demais. A denúncia da falta

de solidariedade expressa nas discussões e decisões da UE é, nesses dois veículos, muitas vezes acompanhada da comparação com países que estariam dando demonstrações contrárias de postura internacionalista, nomeadamente, China e Cuba, em maior grau, embora existam também algumas referências à Rússia. Em ambos os casos — com mais frequência no *Avante*, mas mais aprofundamento no *Abril Abril* —, em geral parte-se das notícias internacionais, que destacam ações concretas de solidariedade desses países, para se estabelecerem comparações com a postura antissolidária da UE.

É importante também destacar que tanto no *Avante* e no *Esquerda.Net* quanto no *Abril Abril*, essa crítica circula entre o passado, o presente e o futuro: a postura da UE no momento da pandemia remeteria, assim, à “cartilha” económica que estrutura o “bloco” desde sempre (e a postura diante da crise de 2008 seria exemplo disso), que permitiria, portanto, antever a imposição futura de medidas de austeridade aos países em crise, em nome dos interesses do grande capital e dos países centrais. No *Avante* e no *Esquerda.Net*, são comuns os textos que tentam se antecipar, sempre com uma abordagem pouco otimista, aos resultados das reuniões das instâncias que compõem a UE e que discutiriam as medidas em pauta. No portal jornalístico do Bloco de Esquerda, misturam-se conteúdos informativos e analíticos, enquanto no jornal do PCP prevalecem as apostas de opinião. Ancorada ou não em informações concretas, a cobertura dos três veículos analisados que abordam de forma mais crítica o papel da UE naquele momento parece remeter — ou se justificar — a um contexto anterior à pandemia de COVID-19. Não por acaso, a denúncia de um consenso editorial dos órgãos de comunicação social hegemónicos em Portugal no período da troika — entre 2011 e 2014 — foi um dos grandes destaques das entrevistas realizadas com os responsáveis pelos veículos analisados na pesquisa, com repetidas referências que realçam essa experiência como emblemática da falta de pluralidade da mídia de massas no país em torno de temas que atendem a interesses mais estruturais.

3.4. Cenário Internacional Como Espelho Para o Debate Interno

A presença das pautas internacionais varia significativamente tanto entre os quatro veículos analisados quanto no tempo, considerando-se o intervalo de dois meses do estudo. O *Ação Socialista*, por exemplo, não fez qualquer cobertura ou destaque de situações internacionais, chegando, no máximo, a referir ao contexto dos Estados Unidos da América num texto em que se elogia o apego à ciência no controlo da pandemia (“Ganhar em abril a liberdade futura é o propósito que tem de nos mobilizar”, *Ação Socialista*, 16/04/2020). Os poucos conteúdos agrupados sob essa rubrica di-

vulgam ações ou propostas do governo que vão além das fronteiras — como o repatriamento de cidadãos portugueses fora do país em função da pandemia e a defesa de uma política de migração na UE. Essa constatação é coerente com a prioridade clara do jornal de dar visibilidade às ações e propostas do governo.

No *Esquerda.Net*, os primeiros conteúdos internacionais parecem ter mais a função de ajudar a tematizar e discutir o próprio cenário português. Assim, para ficarmos apenas em poucos casos ilustrativos, a notícia de que o governo irlandês assumirá o controlo dos hospitais privados, que servirá de exemplo em vários textos seguintes, contribui como argumento para a posição insistentemente defendida pelo Bloco de Esquerda em relação ao governo português, enquanto a informação de que o governo britânico alugaria leitos no setor privado — depois desenvolvida em matéria que aponta números e cifras — funciona como contraexemplo do debate que se tentava promover internamente. Reconhece-se ainda um conjunto de pautas internacionais que, apesar de diverso, reforça as questões que o partido (e o portal) vinha priorizando no debate interno, em especial, a falta de solidariedade que se expressa tanto na tentativa de parte do setor empresarial de se aproveitar da pandemia quanto nas atitudes de alguns países em relação aos mais frágeis. São exemplos desse leque os conteúdos que referem as estratégias dos Estados Unidos da América, França e Turquia para desviar materiais de diagnóstico e proteção cujo exportação seria para outros países (“EUA, França e Turquia desviam material de saúde destinado a outros países”, *Esquerda.Net*, 5/04/2020); a decisão de bancos norte-americanos de distribuir dividendos, na contramão das orientações do Banco Central Europeu (“Bancos norte-americanos querem manter dividendos durante a crise”, *Esquerda.Net*, 6/04/2020); e a postura da empresa Amazon, que, apesar dos lucros aumentados, pediu contribuições para pagar indenizações trabalhistas, e ameaçou e puniu trabalhadores que denunciavam as condições de precariedade (“Amazon despede trabalhador que denunciou falta de condições de proteção”, *Esquerda.Net*, 2/04/2020).

Merecem destaque como países que receberam mais atenção do veículo os Estados Unidos da América, com denúncia frequente das posições e agravamento da crise sanitária gerado pelo então presidente Donald Trump; o Brasil, com cobertura semelhante, mas em geral, mais ampla, tratando de muitos temas distintos em cada texto, tendo como foco também a narrativa da gestão da pandemia por Jair Bolsonaro; e a Itália, que foi, durante um período desse intervalo de tempo o epicentro da pandemia na Europa. Artigos e abordagens que tematizam os princípios da extrema-direita, refletidos a partir da experiência da pandemia, são também encontrados, por vezes a partir do comentário sobre esses três países (em dois deles os governos da época se aproximavam desse

espectro político), outras com informações sobre propostas vindas da oposição mais radical na Espanha ou preocupações sobre o governo da Hungria e, muito mais raramente, com referência ao caso português. A grande quantidade de textos publicados pelo Esquerda.Net, no entanto, faz com que esse leque de informações internacionais se amplie muito ao longo do tempo — com notícias que englobam a situação dos refugiados na Turquia, eleições na França, previsões sobre o aumento da pobreza na África, bombardeios feitos por Israel, debate sobre a estratégia da imunidade coletiva adotada pela Suécia e reivindicações coletivas pela suspensão da dívida da América Latina e das sanções a países como Cuba e Venezuela, entre muitos outros.

O alinhamento internacional dos partidos responsáveis pelos respectivos veículos — ou próximos deles, como no caso do Abril Abril — transparece em alguns pontos da análise da cobertura. Enquanto a denúncia de Israel ou a defesa dos palestinos (por exemplo, a partir da notícia de que a Marcha do Grande Retorno aconteceria com atos pela janela, em função do isolamento social) está presente tanto no Esquerda.Net quanto no *Avante* e no Abril Abril, assim como a cobertura crítica sobre diversos aspectos da postura norte-americana em meio à pandemia, a prioridade e a abordagem de outras conjunturas internacionais difere. O caso mais emblemático talvez seja a China, que é presença muito recorrente e estritamente elogiosa no Abril Abril e no *Avante*, enquanto aparece menos na cobertura do Esquerda.Net e de forma variada — enquanto uma matéria anuncia, de modo informativo, que os chineses começavam a desenvolver uma vacina contra COVID-19 e artigos elogiam o controlo da doença pelo país, outros textos repercutem o retorno das manifestações de trabalhadores contra o governo e denunciam a desvalorização dos profissionais de saúde chineses, com ênfase na situação das mulheres. Aqui, as fontes priorizadas não são do governo chinês, mas pesquisadores e entidades ou movimentos sociais do país. Na contramão dessa variedade de abordagens e pautas, a repetida referência positiva à China é ponto central na linha editorial do *Avante* e do Abril Abril: vai desde os muitos comentários sobre o exemplo de solidariedade que o país — nesse caso, junto com Cuba — estaria dando ao mundo (no sentido inverso do que estaria fazendo a UE) até uma forte militância argumentativa contra a suspeita de que o novo coronavírus teria surgido lá. Sobretudo no Abril Abril — cujo conteúdo da categoria “internacional” se destaca em relação aos demais —, há um claro empenho em denunciar que a China estaria sendo vítima de propaganda negativa, além de ataques sucessivos, principalmente do governo norte-americano, numa abordagem que vai muito além da oposição a atitudes de preconceito e xenofobia contra chineses, que foi objeto também de conteúdos

publicados pelo Esquerda.Net, sobretudo com abordagem histórica, que lembrava contextos de outras epidemias.

No *Avante*, a pandemia — que de fato agravou situações de crise e precariedade — é pano de fundo também para denúncias de processos que eram pautas políticas anteriores do PCP no plano internacional, como as sanções a países como Venezuela e Cuba e a defesa de relações bilaterais fora da UE. Mas o jornal reverberou também pautas atualizadas pela pandemia, como dados da ONU sobre o número de pessoas sem acesso à água potável e sabão e a decisão de Trump de deixar de contribuir com a OMS.

4. Considerações Finais

Como parte de uma pesquisa mais ampla, que aborda o fenómeno da desinformação a partir de um olhar que ressalta a importância da imprensa alternativa, esta análise da cobertura jornalística sobre a pandemia teve como ponto de partida a decisão de observar o quanto, diante da necessidade de pautar por um longo período a emergência da COVID-19, os veículos alternativos de esquerda teriam como prioridade editorial o debate do direito à saúde, compreendido como parte de um processo de longo prazo de construção e promoção de uma maior consciência sanitária. De fato, o estudo constatou a insistente presença de uma variedade de conteúdos e discursos voltados à defesa e ao elogio do SNS, expressando uma oposição explícita à concepção privatizante de política pública, que se destacou na cobertura jornalística aqui analisada, com destaque para os veículos do Bloco de Esquerda e do PCP. Mas, ao contrário do que se se supunha no início do trabalho, essa defesa não se traduziu em abordagens voltadas a descrever, historiar e situar (no contexto da Europa, do mundo e da própria realidade portuguesa, que remete às conquistas pós-Revolução dos Cravos) o serviço de saúde que naquele momento protagonizava o enfrentamento da pandemia. Tampouco foram identificadas pautas que priorizassem o aprofundamento do conhecimento da população sobre o SNS, com informações e debates sobre suas formas de organização, financiamento, modelo de atenção e as concepções de saúde nele embutidas, para ficarmos apenas em alguns exemplos. Por outro lado, a análise mostrou uma clara prioridade de pautas trabalhistas e de proteção social associadas ao cenário da pandemia, o que parece sugerir que, mesmo sem nomear o conceito, a leitura de realidade desses veículos (e dos partidos a eles associados) percebia naquele momento a concretude do processo que se convencionou chamar de “determinação social da saúde”^[8], ou seja, a clareza sobre a influência de fatores “não sanitários” — que vão desde as condições de moradia e emprego até o modelo de desenvolvimento — nas condições de saúde e doença dos indivíduos e populações.

Por fim, merece ser destacado nessas considerações finais o quanto é reconhecível no material analisado a coerência entre o papel que essas experiências jornalísticas buscam desempenhar e a compreensão que acumulam sobre os limites estruturais da atuação da mídia hegemônica em cada conjuntura. Nesse sentido, apesar das eventuais deficiências na forma (por vezes pouco informativa), merece atenção a convergência das prioridades editoriais em três dos quatro veículos analisados — exatamente aqueles que ocupavam um lugar “alternativo” também ao governo —, que podemos resumir a partir de três principais diagnósticos macropolíticos: (1) a percepção sobre a fragilidade (e desproteção) do elo mais fraco das relações de trabalho, com baixa regulação e controlo estatal sobre o setor privado; (2) a clareza sobre o crescimento do setor privado empresarial que avança sobre os nichos de política pública na esteira do desmonte de qualquer vestígio

do Estado de Bem-Estar Social; e (3) o alerta sobre a vulnerabilidade dos países mais pobres do continente diante dos consensos económicos que sustentam a UE, com o risco permanente de naturalização do discurso da austeridade.

Contra esse “muro” de realidades e ameaças concretas, que guardam uma coerência estrutural como projeto de país e de Europa, a percepção parece ser de que nem mesmo o alto grau de confiança das notícias e o maior pluralismo na comparação com outros países (Newman, 2024) serão capazes de fazer a mídia hegemônica portuguesa orientar sua linha editorial por pautas críticas que envolvam questões estruturais, como a relação capital-trabalho e a relação público-privado. Eis, portanto, um importante papel a ser desempenhado pela imprensa alternativa, nas suas mais variadas formas.

Referências

- Cabrera, A., Martins, C., & Cunha, I. F. (2020). A cobertura televisiva da pandemia de COVID-19 em Portugal: Um estudo exploratório. *Media & Jornalismo*, 20(37), 185–204. https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_10
- Fernandes, K. (2019). *Informação e engajamento político: A produção de sentido no jornalismo alternativo audiovisual no Brasil, na Espanha e em Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositórioUM. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/68023>
- Fleury, S. (2009). Reforma sanitária brasileira: Dilemas entre o instituinte e o instituído. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3), 743–752. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000300010>
- Gramsci, A. (2007). *Cadernos do cárcere* (Vol. 3). Ciliação Brasileira.
- Guimarães, C. (2020). SUS e pandemia nas páginas dos jornais: Notas sobre comunicação e método. In L. B. Silva & A. V. Dantas (Eds.), *Crise e pandemia: Quando a exceção é regra geral* (pp. 75–92). EPSJV/Fiocruz.
- Guimarães, C., & Júnia, R. (2011). Jaime Breilh: “Precisamos ter um novo viver, com taxas de crescimento menos agressivas, mas com mais qualidade”. *Revista Poli*, 20(4), 11–13. <http://hdl.handle.net/10644/3409>
- Lusa. (2023, 6 de março). “Sai barato ser racista em Portugal” — Associação Cigana Letras Nômadás. <https://combatefakenews.lusa.pt/sai-barato-ser-racista-em-portugal-associacao-cigana-letras-nomadas/>
- Maia, B. (2021). *O negócio da saúde: Como a medicina privada cresceu graças ao SNS*. Bertrand.
- Moraes, D. (2009). *A batalha da mídia: Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Pão e Rosas.
- Newman, N. (com Fletcher, R., Robertson, C., Argueda, E., & Nielsen, R.). (2024). *Digital news report*. Reuters Institute for the Study of Journalism. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2024>
- Observador. (2024, 6 de dezembro). *Mais de 19.000 mortes em excesso em Portugal nos primeiros dois anos da pandemia de COVID-19*. <https://observador.pt/2024/12/06/mais-de-19-000-mortes-em-excesso-em-portugal-nos-primeiros-dois-anos-da-pandemia-de-covid-19/>
- Peruzzo, C. (2024). *Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa*. Edufes.
- Sacramento, I., & Borges, W. C. (2020). *Representações midiáticas da saúde*. Editora Fiocruz.
- Simões, S. (2021, 19 de maio). Fact Check. Associações ciganas reconhecem que Chega não é racista? *Observador*. <https://observador.pt/factchecks/fact-check-associacoes-ciganas-reconhecem-que-chega-nao-e-racista/>
- World Health Organization. (2008). *Closing the gap in a generation: Health equity through action on the social determinants of health - Final Report of the commission on social determinants of health*. <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-IER-CSDH-08.1>
- World Health Organization. (2022). *14.9 million excess deaths associated with the COVID-19 pandemic in 2020 and 2021*. <https://www.who.int/news/item/05-05-2022-14.9-million-excess-deaths-were-associated-with-the-covid-19-pandemic-in-2020-and-2021>

Notas

- 1 Esses dados, divulgados pela OMS (World Health Organization, 2022), foram calculados a partir da identificação do excesso de mortes no período e referem-se a mortes causadas direta e indiretamente pelo novo coronavírus.
- 2 A pesquisa que originou este trabalho intitula-se “Imprensa Alternativa, Cultura da Desinformação e Pandemia: Um Estudo Comparado Brasil-Portugal”, desenvolvida como estágio pós-doutoral na Universidade do Minho.
- 3 Para todos os veículos, essa contagem dos textos analisados inclui conteúdos com tamanhos, caráter informativo e nível de aprofundamento muito variados, como reportagens, textos opinativos, artigos científicos, informações de serviço no formato de perguntas e respostas, notas e “pílulas” de dicas culturais ou anúncios com links para eventos virtuais. No *Avante*, considerou-se a seção “Resumo da Semana” de cada edição como apenas um conteúdo e não foi contabilizada a seção de “Frases”. Vale ainda registrar que, no *Esquerda.net*, há situações em que parte do conteúdo de serviços organizado como “perguntas e respostas” se repete em diferentes edições, sendo apenas atualizada com novas informações.
- 4 Em relação aos veículos jornalísticos que integraram a análise descrita neste artigo, a relação de entrevistados da pesquisa é a seguinte: Gustavo Carneiro, editor do jornal *Avante*; Carlos Santos, ex-editor do portal *Esquerda.Net*; Jorge Costa, responsável pelo elo entre o *Esquerda.Net* e o Bloco de Esquerda; André Salgado, editor do jornal *Ação Socialista*; Graça Gonçalves, jornalista do portal *Abril Abril*; António Rodrigues, presidente da Fundação *Abril Abril*.
- 5 Apesar disso, tem crescido a contratação de seguros privados de saúde e de hospitais privados que prestam serviço ao público, o

que vem sendo justificado pela dificuldade de resposta do SNS (Maia, 2021).

6 Adotamos aqui a noção de consciência sanitária que orientou o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, definida por Fleury (2009) como “consciência política do direito à saúde” (p. 750) e um mecanismo que possibilita o “consenso ativo dos cidadãos (usuários e profissionais) em relação ao processo transformador no setor, bem como a natureza social das determinações que incidem sobre o processo saúde/doença e sobre a organização do cuidado médico” (p. 747).

7 Proposta de que os países que necessitassem, para enfrentar a pandemia, pudessem contrair dívida pública com a garantia dos demais da União Europeia.

8 A OMS utiliza a expressão “determinantes sociais da saúde”, definidos como “circunstâncias em que as pessoas crescem, vivem, trabalham e envelhecem, e aos sistemas implementados para lidar com a doença”, acrescentando que “as condições em que as

peças vivem e morrem são, por sua vez, moldadas por forças políticas, sociais e econômicas” (World Health Organization, 2008, s.p.). Outros autores, especialmente ligados à epidemiologia crítica, preferem falar em “determinação”. Breilh em entrevista (Guimarães & Júnia, 2011), por exemplo, associa a determinação social da saúde a “fenômenos macro que impõem uma lógica a toda a sociedade”, entre os quais ele destaca o “modelo econômico” (p. 11-13).

* **Agradecimentos**

A pesquisa que originou este trabalho intitula-se ‘Imprensa alternativa, cultura da desinformação e pandemia: um estudo comparado Brasil-Portugal’, desenvolvida como estágio pós-doutoral na Universidade do Minho, com bolsa do CNPq.

Información adicional

redalyc-journal-id: 7747



Disponible en:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=774782605009>

Cómo citar el artículo

Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la
academia

Cátia Guimarães

**A Crise Sanitária Pela Ótica da Imprensa Alternativa
Partidária em Portugal**

**The Health Crisis From the Perspective of the Alternative
Party Press in Portugal**

**La Crisis Sanitaria Desde la Perspectiva de la Prensa
Partidaria Alternativa en Portugal**

Revista Comunicando

vol. 14, núm. 2, e025020, 2025

Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação,
Portugal

diretorcomunicando@sopcom.pt

ISSN-E: 2182-4037

ISSN-L: 2182-4037

DOI: <https://doi.org/10.58050/comunicando.v14i2.441>



CC BY 4.0 LEGAL CODE

Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.